

# Crescimentos de receita e despesa alinhados até agosto

---

- 1. O saldo orçamental ficou em 2.648 milhões de euros, alinhando com o valor do ano anterior.**
  - 2. O saldo ainda não reflete a totalidade do impacto das medidas adotadas em março de resposta ao choque geopolítico e de valorização intercalar de salários e pensões.**
  - 3. A receita das administrações públicas reflete a resiliência do mercado de trabalho, mas a despesa cresce a um ritmo superior ao da receita.**
  - 4. As medidas para responder ao choque geopolítico atingiram 1.878 milhões de euros, dos quais 829 milhões de euros em despesa.**
- 

## **SALDO ORÇAMENTAL AJUSTADO FICA EM 2.648 MILHÕES DE EUROS**

As Administrações Públicas registaram, na ótica da contabilidade pública, um saldo orçamental ajustado<sup>1</sup> de 2.648 milhões de euros até agosto, estando ao mesmo nível do período homólogo, com uma melhoria residual de 58 milhões de euros.

Esta variação reflete, em termos homólogos:

- Uma melhoria da receita efetiva de 6,5%, em termos ajustados<sup>1</sup> – em grande parte fruto da resiliência do mercado de trabalho (+11,7% de IRS e 11,4% de Contribuições Sociais);
- E um aumento da despesa efetiva de 6,7%, fortemente influenciado pelos seguintes fatores:
  - No sentido ascendente, pelas medidas de reforço de rendimentos anunciadas no início do ano (as valorizações remuneratórias na Administração Pública contribuem para o aumento de 7,6% das despesas com pessoal), pelas prestações sociais, bem como pelo reflexo da inflação nos contratos públicos;
  - No sentido descendente, suplantado pelo anterior efeito, pela redução das despesas associadas à pandemia.

O impacto das medidas associadas ao choque geopolítico ascendeu, até agosto, a 1.878 milhões de euros. Deste montante, 829 milhões de euros são medidas com impacto no lado da despesa, de onde se destaca o apoio a setores de produção agrícola (186 milhões de euros), o apoio extraordinário às famílias mais vulneráveis (263 milhões de euros) e o apoio extraordinário para crianças e jovens (149 milhões de euros).

---

<sup>1</sup> Ajustado do efeito da integração do Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos

**Quadro 1 - Conta Consolidada das Administrações Públicas**

Período: janeiro a agosto

	Execução Acumulada		Variação Homóloga Acumulada	
	2022	2023	Absoluta	Relativa (%)
<b>Receita corrente</b>	<b>63 741</b>	<b>67 569</b>	<b>3 828</b>	<b>6,0</b>
<i>do qual</i>				
Receita fiscal	37 508	39 294	1 786	4,8
Contribuições de Segurança Social	16 980	18 921	1 941	11,4
<b>Receita de capital</b>	<b>1 619</b>	<b>5 064</b>	<b>3 445</b>	<b>212,8</b>
<i>do qual</i>				
Venda de bens de investimento	124	165	41	32,8
Transferências de capital	1 441	4 858	3 418	237,2
<b>Receita efetiva</b>	<b>65 360</b>	<b>72 632</b>	<b>7 272</b>	<b>11,1</b>
<b>Receita efetiva ajustada FPCGD</b>	<b>65 360</b>	<b>69 614</b>	<b>4 254</b>	<b>6,5</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>58 253</b>	<b>61 722</b>	<b>3 469</b>	<b>6,0</b>
<i>do qual</i>				
Despesas com o pessoal	15 492	16 664	1 173	7,6
Aquisição de bens e serviços	9 002	9 429	426	4,7
Juros e outros encargos	4 130	4 344	213	5,2
Transferências correntes	27 842	29 631	1 789	6,4
Subsídios	1 272	1 256	-15	-1,2
<b>Despesa de capital</b>	<b>4 517</b>	<b>5 244</b>	<b>727</b>	<b>16,1</b>
<i>do qual</i>				
Investimentos	3 656	3 916	260	7,1
<b>Despesa efetiva</b>	<b>62 770</b>	<b>66 966</b>	<b>4 196</b>	<b>6,7</b>
<b>Saldo global</b>	<b>2 590</b>	<b>5 666</b>	<b>3 077</b>	
<b>Saldo global ajustado FPCGD</b>	<b>2 590</b>	<b>2 648</b>	<b>58</b>	
Por memória:				
Despesa primária sem medidas COVID-19 e Impacto Geopolítico	56 391	61 340	4 950	8,8
Despesa primária	58 640	62 622	3 983	6,8

## RECEITA FISCAL E CONTRIBUTIVA CRESCE 6,8%

Até agosto, a receita fiscal aumentou 4,8%, significativamente influenciada pelo crescimento da receita de IRS (+11,7%). A receita contributiva continua a espelhar as boas dinâmicas verificadas no mercado de trabalho, aumentando 11,4% face ao mesmo período do ano anterior. Considerando as duas rúbricas, o crescimento foi de 6,8%.

## DESPESA PRIMÁRIA SEM MEDIDAS EXTRAORDINÁRIAS CRESCE 8,8%

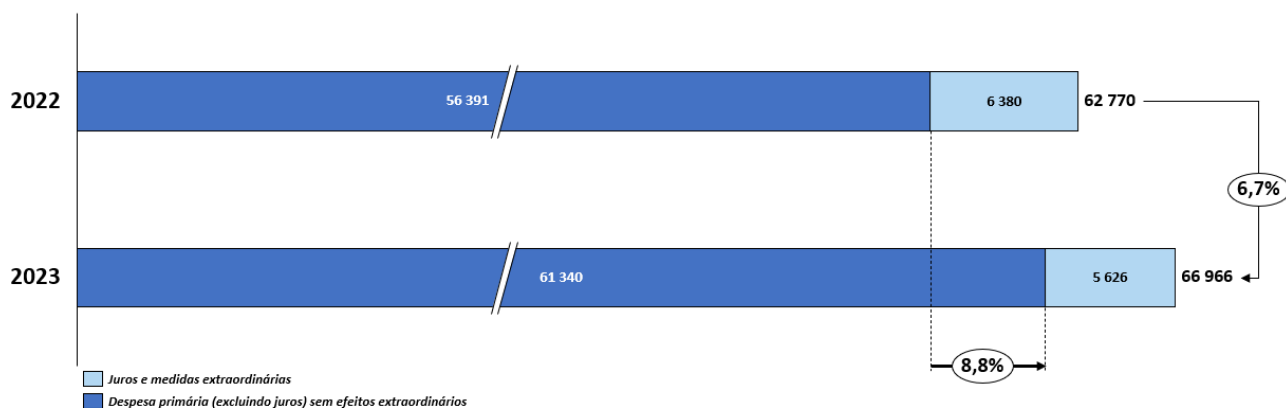
Excluindo medidas extraordinárias (medidas Covid-19 e de mitigação de choque geopolítico), a despesa efetiva cresceu 8,5%, enquanto a despesa primária (excluindo juros) aumentou 8,8% em termos homólogos.

O acréscimo na despesa até agosto face ao período homólogo continua a ser impulsionado pelos salários, aquisição de bens e serviços, investimento e prestações sociais:

- As despesas com pessoal aumentaram 7,6%, refletindo as atualizações transversais remuneratórias dos trabalhadores das Administrações Públicas, o impacto do aumento da remuneração mínima mensal garantida e o aumento do subsídio de refeição. Neste âmbito, destaca-se o contributo dos salários do SNS (+ 11,2%) e da PSP e GNR (+8,6%).

**Gráfico 1 - Despesa efetiva desagregada**

*Em milhões de euros*



- A despesa com aquisição de bens e serviços aumentaram 4,7%. Excluindo o efeito base de medidas Covid-19 cresceu 13%, destacando-se a Segurança Interna (+20,8%), o Ensino Superior (+23,2%), e a Administração Local (+14,7%).

- A despesa com investimento na Administração Central e Segurança Social cresceu 13,5%, excluindo PPP, influenciada pelo efeito base da execução em 2022 da Universalização da Escola Digital, sem o qual o acréscimo seria de 20,5%. Para esta subida concorreu o aumento do investimento na expansão do Metro do Porto (+160,7%), na expansão do Metropolitano de Lisboa (+100,8%) e na Ferrovia (+57,3%).
- A despesa com prestações sociais cresceu 14,6% (excluindo pensões, medidas Covid e extraordinárias de apoio às famílias e prestações de desemprego), refletindo, em grande medida, a atualização do indexante de apoios sociais, das valorizações remuneratórias, bem como dos impactos decorrentes das alterações legislativas. Destaca-se o comportamento da despesa com o subsídio familiar a crianças e jovens (+29,7%), a prestação social para a inclusão (+25,6%) e o complemento solidário para idosos (+18,9%).